



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

112

PROCESSO Nº 0203732-3

HABEAS CORPUS

IMPETRANTES: RODRIGO CÉSAR CAHÚ DA SILVA E OUTRO

PACIENTE: ROBERTO SANTOS GUIMARÃES

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: GERUSA TORRES DE LIMA

EMENTA: HABEAS CORPUS. ART. 304, CP. LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO PLEITO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. WRIT DENEGADO. UNANIMIDADE.

1. O pleito de liberdade provisória não pode ser apreciado, sob pena de supressão de instância, tendo em vista que não chegou a ser examinado pelo Juízo de 1º grau que, por sua vez, se reservou a analisá-lo após a remessa do relatório policial.
2. A manutenção da custódia se baseia na garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, existindo elementos concretos suficientes a dar suporte à necessária medida.
3. *Habeas Corpus* denegado, por unanimidade.

ACÓRDÃO




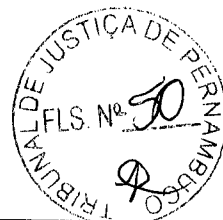
Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0203732-3 onde figura como paciente Roberto Santos Guimarães, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de *habeas corpus* pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Presidente

113


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0203/732-3

114

HABEAS CORPUS

IMPETRANTES: RODRIGO CÉSAR CAHÚ DA SILVA E OUTRO

PACIENTE: ROBERTO SANTOS GUIMARÃES

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: GERUSA TORRES DE LIMA

RELATÓRIO

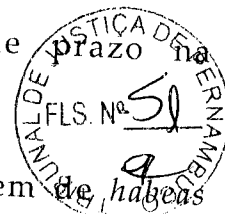
Os advogados Rodrigo César Cahú da Silva e Hélio Gadelha Nogueira impetraram o presente *habeas corpus* em favor de **ROBERTO SANTOS GUIMARÃES**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda.

Os impetrantes aduzem que o paciente se encontra custodiado desde o dia 22 de novembro de 2009, em razão de suposto flagrante, por infringência ao disposto no art. 304, do Código Penal.

Alegam que a prisão em flagrante aconteceu quando o paciente prestava concurso para investidura em carreira da Polícia Militar e, na ocasião, portava documento de identificação de outra pessoa com aposição de sua fotografia no respectivo registro, todavia não chegou a ser utilizado.

Sustentam que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão de sua prisão, haja vista que preenche os predicados necessários à concessão do benefício da liberdade provisória.

Argumentam, outrossim, que há excesso de custódia do paciente.



Requerem, assim, que seja concedida a ordem de *corpus* impetrada para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento de seu processo.

115

A autoridade apontada como coatora, solicitada a prestar informações, relatou com detalhes como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente às fls. 37/38.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou pela denegação da ordem às fls. 42/44.

É O RELATÓRIO.

Recife, 12 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

116

PROCESSO Nº 0203732-3

HABEAS CORPUS

IMPETRANTES: RODRIGO CÉSAR CAHÚ DA SILVA E OUTRO

PACIENTE: ROBERTO SANTOS GUIMARÃES

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: GERUSA TORRES DE LIMA

V O T O

Consoante acentuado, os impetrantes requerem a concessão da liberdade provisória do paciente, alegando, em síntese, a existência de constrangimento ilegal em decorrência do excesso de prazo na custódia do paciente, e do fato de que o mesmo preenche os requisitos necessários à concessão do almejado benefício.

Consultando os autos, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 22/11/2009, sob a acusação de prática do delito previsto no art. 304, do Código Penal.

Infere-se das informações oficiais insitas às fls. 37/38 que:

"(...) na data dos fatos, policiais militares se dirigiam para a Escola Áurea de Moura, localizada na Av. Dr. Joaquim Nabuco, sem número, bairro da Vila Popular, nesta Cidade (Olinda), informados que havia um indivíduo que realizaria Concurso Público para Soldado de Polícia Militar em nome de outrem.

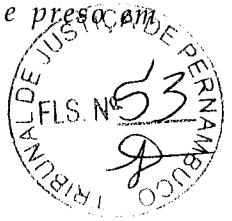
Ao chegarem no local, os policiais verificaram se o referido indivíduo se encontrava no local e, após confirmação visual,

solicitaram que o mesmo saísse da sala onde realizava o certame e dirigisse para sala ao lado para averiguação.

(...) ao ser abordado, o Paciente se identificou e confirmou que estava realizando a prova em lugar de um amigo de nome Anderson Ribeiro da Silva, razão pela qual foi detido e preso em flagrante.

(...)”.

117



Depreende-se que em favor do paciente foi requerida a liberdade provisória, tendo a Magistrada de 1º grau se reservado para apreciar o pedido, após remessa do relatório policial. Remetido o referido relatório, os autos se encontram com o *parquet* para pronunciamento.

A Juíza *a quo* relata, ainda, que a manutenção da prisão do paciente é medida que se faz necessária à apuração de possíveis delitos conexos com o crime de que trata o presente *writ*, uma vez que constam nos autos informações de que o proprietário do documento e sua cōnjuge “teriam realizado a adulteração material do documento e financiado a viagem do Paciente”.

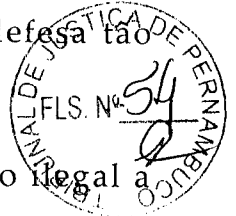
Diante de tais esclarecimentos, tenho que as alegações dos impetrantes não merecem guarida.

Primeiramente, é necessário realçar que o pleito de liberdade provisória não chegou a ser examinado pelo Juízo de 1º grau, sequer existindo parecer do Representante Ministerial a respeito. Não há, pois, como realizar tal análise sob pena de supressão de instância.

Lado outro, resta patente que a conduta do paciente é reprovável e de relevante gravidade, demonstrada pelo *modus operandi* e pelo fato de que, possivelmente, havia um complexo esquema criminoso a dar suporte a ação delitiva perpetrada. A medida extrema, então, mostra-se pertinente e lastreada em elementos concretos.

Por derradeiro, no que concerne ao alegado excesso de prazo, tenho que, a presente ordem de *habeas corpus* não merece prosperar. Como visto, não há que se cogitar de mora processual, considerando que o paciente foi preso no último dia 22 de novembro, tendo havido a conclusão e remessa do inquérito policial ao Juízo que, por sua vez, se pronunciará sobre o requerimento feito pela defesa tão logo haja manifestação do *parquet*.

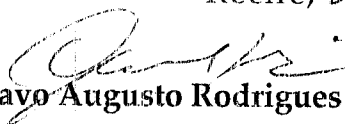
118



Por todo o exposto, inexistindo constrangimento legal a ser coibido através do presente *writ*, em consonância com o entendimento firmado pela douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da presente ordem de *habeas corpus*.

É COMO VOTO.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator